



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – JOSÉ LINS DO RÊGO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

CARLA RAFAELA FERREIRA DE CARVALHO

**ESTUDO DOS *WEBSITES* DOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS DO
BRASIL: UMA ANÁLISE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS AO USUÁRIO**

**JOÃO PESSOA
2021**

CARLA RAFAELA FERREIRA DE CARVALHO

**ESTUDO DOS *WEBSITES* DOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS DO
BRASIL: UMA ANÁLISE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS AO USUÁRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Arquivologia do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Arquivologia

Orientador: Prof. Me. Danilo de Sousa Ferreira

**JOÃO PESSOA
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C331e Carvalho, Carla Rafaela Ferreira de.
Estudo dos websites dos arquivos públicos estaduais do Brasil [manuscrito] : uma análise dos serviços oferecidos ao usuário / Carla Rafaela Ferreira de Carvalho. - 2021.
22 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2021.
"Orientação : Prof. Me. Danilo de Sousa Ferreira ,
Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA."

1. Arquivos estaduais. 2. Websites de arquivos públicos. 3. Serviço arquivístico. I. Título

21. ed. CDD 025.171 4

CARLA RAFAELA FERREIRA DE CARVALHO

ESTUDO DOS *WEBSITES* DOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS DO
BRASIL: UMA ANÁLISE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS AO USUÁRIO

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo)
apresentado à Coordenação do Curso
de Bacharelado em Arquivologia do
Centro de Ciências Biológicas e Sociais
Aplicadas da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharela em
Arquivologia

Aprovada em: 11 / 10 / 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Danilo de Sousa Ferreira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Manuela Eugênio Maia
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Sânderson Lopes Dorneles
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, pela dedicação e amor,
e à memória de minha vó: Niza
Pessoa.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	METODOLOGIA	8
3	ARQUIVOS ESTADUAIS BRASILEIROS E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA NOVA ERA	9
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	12
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
	REFERÊNCIAS.....	19

ESTUDO DOS WEBSITES DOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS DO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS AO USUÁRIO

Carla Rafaela Ferreira de Carvalho¹

RESUMO

Garantir o acesso aos usuários é um dos conceitos primordiais dos arquivos e centros de documentação, sendo assim, é de caráter essencial que as instituições voltadas à informação acompanhem o contexto contemporâneo e a mobilidade dos dados por ele proporcionada. Nesse momento atual, com o auxílio da internet, todo e qualquer conhecimento deve ficar ao alcance do usuário. Assim, esta pesquisa foi realizada com o objetivo de verificar a existência dos arquivos estaduais e arquivo distrital brasileiros na *World Wide Web*, buscando por seus respectivos websites/páginas, delimitando critérios para sua avaliação, e, por fim, construindo uma análise dos dados coletados. Foram utilizadas as abordagens exploratória, descritiva e quanti-qualitativa, e a revisão bibliográfica desenvolveu-se com base em estudos como o de Mariz, (2012), Santos (2018), Ohira e Prado (2005), e auxílio das narrativas de Bellotto (2006) e Archer (2011). Os dados coletados revelaram que 17 estados, entre 27 unidades federativas brasileiras, possuem websites/páginas para disponibilizar seu acervo e/ou para se comunicar com seu usuário. Os resultados obtidos revelam ainda que vários arquivos estaduais precisam promover melhorias nos seus sites/arquivos principalmente no que diz respeito aos critérios referenciais, ferramentas de pesquisa e materiais extras. Além disso, foi possível concluir que os websites dos arquivos das regiões Sul e Sudeste, diante dos critérios utilizados, atingiram um percentual de adesão acima das outras regiões.

Palavras-chave: arquivos estaduais; website; serviço arquivístico.

ABSTRACT

Ensuring the access to users is one of the primary concepts of document institutions, it is essential that information-oriented institutions keep up with the contemporary context and the mobility of data brought about by it. In this moment, with the advancement of the internet, all of the knowledge must be within the user's reach. Thus, this research was carried out with the objective of verifying the existence of Brazilian state and district archives on the *World Wide Web*, searching for their respective websites/pages, delimiting criteria for their evaluation, and, finally, building an analysis of the collected facts. Exploratory, descriptive and quanti-qualitative approaches were used, and the literature was developed based on studies such as Mariz, 2012; Santos, 2018; Ohira and Prado, 2005; and help from the narratives of Bellotto, 2006; Archer, 2011.

The data collected revealed that 17 states, among 27 Brazilian federative units, have websites/pages to make their collections available and/or to communicate with their users. The results obtained also reveal that several state archives need to improve their sites/archives, especially with regard to referential information, research tools and extra materials. It is concluded that the websites of the archives of the South and

¹ rafaferr7013@gmail.com

Southeast regions, in view of the criteria used, reached a percentage of adhesion above the other regions.

Keywords: state Archives; website; archival services.

1 INTRODUÇÃO

Diante da riqueza informacional inerente à era da globalização, as perspectivas presentes na sociedade em geral passaram a evoluir constantemente. A vida moderna da população percorre seu trajeto em torno das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e, assim, a utilização e o acesso à *World Wide Web* (WWW) tornaram-se vitais. Hoje, tudo que é relativo ao cotidiano, por meio de recursos que facilitam e oferecem melhorias ilimitadas, coexiste junto a uma maneira mais prática e mais dinâmica de ser realizada. Tamanha influência afeta diretamente a demanda da informação, cuja viabilidade deve ser de rápido acesso.

No Brasil, conforme a pesquisa TIC Domicílios 2019 (CETIC, 2020, p.23), desenvolvida pelo Centro Regional de Estudos sobre a Sociedade da Informação (CETIC), associado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, “o número de domicílios brasileiros com acesso à Internet chegou a 50,7 milhões (71% do total)”, um acréscimo de cerca de 11 milhões de domicílios entre 2017 e 2019.

Nesse sentido, à vista do aumento dessa comunicabilidade e exposição, comum e natural aos tempos contemporâneos, comprova-se ser de caráter determinante que as instituições voltadas à informação acompanhem o fluxo de necessidades de seus usuários. Assim, ao passo que a integração informacional advinda dos métodos tecnológicos se desenvolve, o princípio primordial dos arquivos, bibliotecas e centros de documentação em geral, se destaca: possibilitar o acesso.

A garantia de acesso como direito fundamental do cidadão se mantém presente na Constituição Federal de 1988 e nas determinações regulamentadas através da LAI, Lei nº 12.527/2011 de Acesso à Informação (BRASIL, 1988; 2011) Nesse meio encontram-se intrinsecamente os arquivos públicos e o que eles representam para a sociedade como um todo, promovendo um ambiente para que a população exerça os direitos a esse acesso livre.

O arquivo, como tal, no que consiste à conjuntura moderna, deve se estabelecer como um condutor informacional inclusivo tendo em vista a valorização e a disponibilização de seu acervo, atendendo tanto a LAI quanto a um de seus princípios fundamentais: a difusão. Assim sendo, questões ligadas à interação com o usuário e às circunstâncias de acessibilidade especialmente de forma remota, e, logo, à postura do arquivo enquanto sistema informacional virtual, tornam-se relevantes em função das demandas sociais no contexto atual.

Conforme Archer (2011, p.2), “recursos da web instigam mudanças nas perspectivas e práticas das instituições arquivísticas, além de trazerem alternativas para a disseminação da informação”. Dessa maneira, aliada aos benefícios proporcionados pela web, dentre as possibilidades e estratégias para promover a difusão; bem como os conflitos e adversidades decorrentes das falhas e ausências administrativas já anteriores a essas circunstâncias, a subsistência das instituições arquivísticas entra em confronto com realidades ainda mais desafiadoras.

É possível encontrar instituições da esfera pública em espaços digitais, contudo, por vezes as informações não são apresentadas e necessariamente bem colocadas para que se tornem disponíveis e acessíveis para todos. A partir desse ponto, desponta a seguinte questão: Os arquivos públicos no Brasil estão seguindo de acordo com o aumento do fluxo informacional e comunicabilidade presentes no contexto contemporâneo em que vivemos?

Este estudo parte no intuito de abordar os Arquivos Estaduais brasileiros e observar de forma substancial a conduta com a qual eles atendem às necessidades de seus usuários, compreendendo como os mesmos se portam digitalmente e o que oferecem em sua estrutura informacional e cultural. Desse modo, o objetivo geral

deste trabalho é analisar a presença dos arquivos estaduais e do distrito federal brasileiros na *World Wide Web*.

Já os objetivos específicos constituem-se em:

- Verificar a existência de websites/páginas para os arquivos públicos estaduais e do distrito federal;
- Qualificar os websites/páginas identificados conforme indicadores de avaliação pré-estabelecidos;
- Analisar os websites dos arquivos públicos estaduais e do distrito federal.

Considerando a forma implacável com a qual as tecnologias da informação agem no período atual, e a forma como as mesmas podem auxiliar os arquivos a aproximarem-se de seus usuários e se tornarem visíveis perante a sociedade, esta pesquisa aspirou-se em gerar um diálogo sobre a importância de acompanhar esse desenvolvimento e da inclusão entre usuário e arquivo.

Este artigo se divide em cinco seções. Na primeira, apresenta-se a introdução ao tema abordado, além dos objetivos e justificativas que guiaram este trabalho. Na segunda seção, apresenta-se o percurso metodológico seguido durante a realização desta pesquisa. Em seguida, discute-se a fundamentação teórica relacionada à temática pesquisada. Na quarta seção, são apresentados e discutidos os dados e resultados obtidos. Por fim, na última seção, são apresentadas as considerações finais a respeito deste trabalho de pesquisa.

2 METODOLOGIA

No que condiz à metodologia, com base nos tópicos abordados por Doxsey e Riz (2002-2003, p.25), este estudo é exploratório, exibindo uma aproximação do fenômeno através da coleta de dados para compreender melhor sua natureza; e é descritivo, realizado “com o intuito de descrever as características do fenômeno”. Segundo Gil (2010, p.42), pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Nesse contexto, a pesquisa também se entende como um levantamento bibliográfico, o qual para Gerhardt e Silveira (2009, p.68), tem o objetivo de “expor resumidamente as principais ideias já discutidas por outros autores que trataram do problema, levantando críticas e dúvidas”. Ainda, permitindo que a pesquisa se adeque ao conceito de qualitativo e quantitativo, as autoras (2009, p.34-35), propõem que o primeiro “preocupa-se [...] com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”; já o segundo “tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana”.

Marconi e Lakatos (2002, p.41) declaram que o universo de uma pesquisa coincide com um “conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”, já a amostra, como eles afirmam, (2002, p. 30) revela-se como uma “parcela convenientemente selecionada do universo (população)”; é um subconjunto do universo. Logo, o universo desta pesquisa abrange as 27 unidades federativas brasileiras, sendo 26 estados e o distrito federal em seu formato digital, como website, endereço eletrônico próprio do arquivo que reúne outras páginas relacionadas a ele; ou em página, endereço eletrônico menor localizado dentro de outro website maior não totalmente referente ao arquivo. E a

amostra compreende 17 websites/páginas identificados no cerne dessas unidades federativas, uma vez que não foram localizados websites/páginas de Arquivos para 10 das mesmas.

Para a coleta de dados foram estabelecidos critérios e propósitos com base no estudo proposto por Mariz (2012). Sendo 5 funções de informação: funcionais, gerais, referenciais, ferramentas de pesquisa e material extra; e 18 critérios divididos entre elas. Abaixo, uma tabela contendo todos os elementos utilizados (Quadro 1).

Quadro 1 – Critérios da Pesquisa

Informações funcionais	Informações gerais	Informações referenciais	Ferramentas de pesquisa	Material extra
Endereço Físico	Data-limite	Links Arquivísticos (legislação arquivística, bibliotecas, temas arquivísticos)	Bancos de dados	Vídeos
Contato	Tipologias	Glossários ou Manuais	Documentos digitalizados	Galerias de Imagens
Horário de Funcionamento	Restrições ou instruções		Descrição Arquivística	Arquivos Sonoros
Histórico			Lista de serviços oferecidos	
Última atualização				
Perguntas frequentes (FAQ)				

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

3 ARQUIVOS ESTADUAIS BRASILEIROS E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA NOVA ERA

Atualmente, as perspectivas trazidas com o desenvolvimento de métodos e estratégias associadas à ascensão das tecnologias intimam as entidades informacionais a acompanharem um fluxo mais veloz e integrado. A garantia do total e transparente acesso ao usuário levanta diversas questões, e, enquanto voltado aos sistemas informacionais virtuais, desdobra-se em demandas relacionadas à integração do indivíduo como um todo.

Nesse sentido, uma versátil noção de informação se amplia. De acordo com Martins (2014, p.17), “a informação é um dos principais ativos das sociedades modernas, cujo gerenciamento é necessário para tradução e veiculação do conhecimento”. Assim, junto a introdução das diversas tecnologias de informação, as novas dinâmicas de produção e de uso da informação geraram reconfigurações em diversos cenários informacionais, principalmente nas relações entre estado e sociedade (JARDIM, 2009, p.3).

A inserção de tecnologias variadas, estabelecida sistematicamente em meados da década de 50, modificou radicalmente a forma com a qual as organizações agem, o modelo de seus produtos e a comercialização deles; além de, considerando a rotina diária mais comum, ter afetado diretamente e frequentemente os processos globais e o estilo de vida dentro do panorama social (MCGEE, 1994, p.5).

Assim, tendo em vista as recentes exigências e requisitos básicos ao contexto destas trocas informacionais, sempre se expandindo radicalmente num curto período de tempo, os especialistas obrigaram-se a desafiar continuamente esses novos recursos, conquistando e explorando materiais e métodos inéditos (JORENTE, 2009, p.3). A partir desse ponto, para as instituições de informação surgia o desafio de conduzir a possibilidade de acesso ao percurso dessas novas perspectivas e direitos.

Com isso estabelecido, em função da medida de acesso a tais correntes informacionais, é inevitável contemplar como o desenvolvimento da convenção do que se estabelece como acesso acompanha os períodos de instituição dos direitos humanos como um todo, assumindo dessa forma o que é compreendido como direito à informação (FONSECA, 1999). No Brasil, aliada a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), sobre tal direito foi instituída a Lei de Acesso nº 12.527 (BRASIL, 2011) em 18 de novembro de 2011, cujo Art. 3º determina que os “procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública”.

Pertinente íntima e organicamente ao propósito de acesso à informação, encontram-se as presenças determinantes dos órgãos detentores da informação, tais como bibliotecas, museus e, eminentemente, arquivos. No que se refere aos arquivos, Schellenberg (2006, p.18) os define como:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos.

No panorama institucional público brasileiro, conforme estabelecimento da Lei nº 8.159 (BRASIL, 1991), de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, os arquivos compreendem-se como “conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias”.

Conforme absorvidas estas noções, percebe-se que intrinsecamente o processo de fornecer informações em função do caráter dos dados disponíveis é de uma área pontualmente ligada ao profissional da ciência documental (BELLOTTO, 2006, p.35). Logo, elucidando as particularidades dos usuários a partir das relações que mantém com a presença do arquivo público, Bellotto (2006, p.28) indica que:

A justificativa da organização dos arquivos públicos está na ordem direta do interesse dos quatro tipos fundamentais de público que dele fazem uso:

1. o administrador, isto é, quem produz o documento e dele necessita para sua própria informação, na complementação do processo decisório;
2. o cidadão interessado em testemunhos que possam comprovar seus direitos e o cumprimento de seus deveres para com o Estado;
3. o pesquisador, seja o historiador, o sociólogo ou o acadêmico, em busca de informações para trabalhos de análise dos comportamentos e eventos passados, sendo que nesta categoria podemos incluir o estudioso em geral;

4. o cidadão-comum, aqui não mais o interessado em dados juridicamente válidos, mas o cidadão não-graduado, o aposentado, a dona de casa etc. à procura de cultura geral, de entretenimento, no qual pode haver lugar para o conhecimento da história.

Nessa lógica, no que se envolvem o usuário e suas necessidades informacionais no cenário atual, é compreensível que junto às possibilidades de acesso promovidas pelas TIC, as instituições custodiadoras de documentos precisam disponibilizar seus conteúdos documentais a todos que necessitem das suas informações (GONÇALEZ, 2013, p.564).

De acordo com Bellotto (2006, p.35), “arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm a corresponsabilidade no processo da recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico”. Uma vez estabelecida essa percepção, emergem os sentidos relativos à era da informação, ao desenvolvimento da concepção do que compreendemos como *World Wide Web*, e os benefícios que são retornados às instituições visto sua utilização.

Na contemporaneidade, a informação é ágil e as buscas dos usuários se estendem à capacidade de atuação do arquivo para além do ângulo custodial, apresentando-se ora de forma física, ora remotamente. Tal premissa se reafirmou junto a Resolução CONARQ nº 13 (BRASIL, 2001), de 9 de fevereiro de 2001, que determina “a implantação de uma política municipal de arquivos, sobre a construção de arquivos e de *websites* de instituições arquivísticas”.

Logo, entende-se que a presença da ação da internet no cerne das instituições desempenha função primordial na promoção do acesso, e diretamente influi na difusão dos arquivos. Se a instituição divulga seu acervo, o tipo de documentos que concedem acesso, suas datas-limites e assuntos, ela pode influenciar diretamente no modo como o usuário pesa vantagens e desvantagens de sua ida ao arquivo, dando a ele assim a oportunidade de obter um conhecimento prévio sobre os dados que ele poderá encontrar (MARIZ, 2012, p.103).

O arquivo se apresenta na sociedade como agente do patrimônio cultural, uma vez que compõe um local de memória, além de ter sob sua guarda não só evidências administrativas como também obras literárias e produções científicas. Logo, acolhendo as particularidades que cada instituição arquivística possui, existe uma série de aplicações de caráter cultural e educativo que podem ser implementadas com base nos conteúdos que estão sob custódia. Embora não exista uma maneira decisiva de determinar quais tipos de serviços podem agir de forma cultural ou educativa, ambos se encontram em suas finalidades de trazer conhecimento e proporcionar acesso à cultura através da informação. Algumas iniciativas podem ser exposições em meio físico ou virtual; apresentação musical, interpretações, peças teatrais, mostra de filmes; aulas no arquivo, dentre outras (SANTOS, 2014, p. 316-319).

De acordo com Archer e Cianconi (2010, p.63), a “Internet possui diversas ferramentas on-line que podem contribuir para o melhor atendimento e aumento do número de usuários, proporcionando uma maior visibilidade institucional aos arquivos, renovando-os e adequando sua missão à nova realidade das redes”. Para as autoras, em contrapartida, os arquivos têm a consciência de que necessitam aplicar recursos colaborativos e interativos a partir do momento em que grande parte dos arquivos prevê a disponibilização de seus acervos, porém não colocam em prática todo o potencial dos recursos disponíveis.

Nesse momento, surge a importante necessidade de estudar e medir a compreensão desses recursos por parte dos arquivos brasileiros. Com esse

entendimento é possível enxergar as falhas que existem nos processos e prospectar melhorias.

Tendo em vista as 27 unidades federativas brasileiras, na pesquisa realizada por Mariz (2012), cerca de 10 anos atrás, dentre as instituições com websites analisadas pela autora apenas 7 eram de arquivos públicos estaduais. Em 2005, conforme pesquisa de Ohira e Prado (2005), foi revelada a existência de 14 websites de arquivos estaduais, sendo sujeitos ao estudo, no entanto, apenas 12 websites, pois os outros 2 estavam em manutenção. Em um estudo mais recente, de 2018, Santos (2018) percebeu que apenas 11 arquivos estaduais possuíam websites próprios, ou seja, sites criados e destinados unicamente para atender a instituição do arquivo.

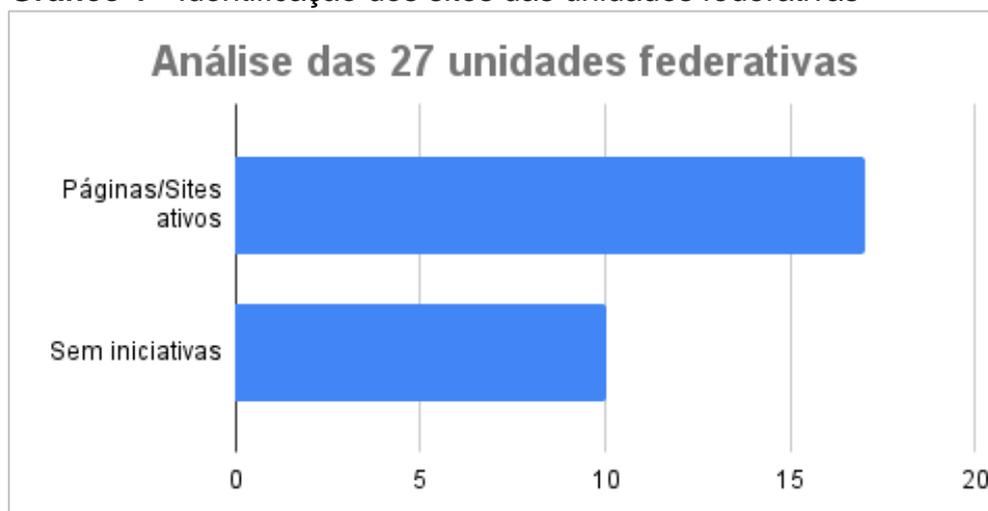
Esses dados são de caráter essencial para viabilizar o conhecimento do momento informacional em que os arquivos brasileiros estão inseridos, sendo comparados a outros países ou até mesmo os comparando entre si.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa, baseada nos conceitos recorrentes na obra de Mariz (2012), iniciou-se no esforço de identificar quais entre os 27 estados brasileiros possuíam sites/páginas de seus arquivos, dedicadas aos acervos e mantidas exclusivamente pelos mesmos, desconsiderando páginas explicativas desenvolvidas por entidades mais abrangentes, como o CONARQ ou ações do Governo Federal como um todo.

De acordo com a verificação realizada (Gráfico 1), foram considerados aptos 17 websites/páginas de arquivos contidos no âmbito estadual; relacionados aos seguintes estados: Paraná (PR), Santa Catarina (SC), Rio Grande do Sul (RS), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG), Goiás (GO), Distrito Federal (DF), Mato Grosso (MT), Alagoas (AL), Bahia (BA), Maranhão (MA), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Pará (PA), Rondônia (RO). Onze desses estados continham seus dados e acervos em um formato de website próprio, enquanto seis estados mantinham seu conteúdo incorporado a outros meios, em formato de página (Quadro 2).

Gráfico 1 - Identificação dos sites das unidades federativas



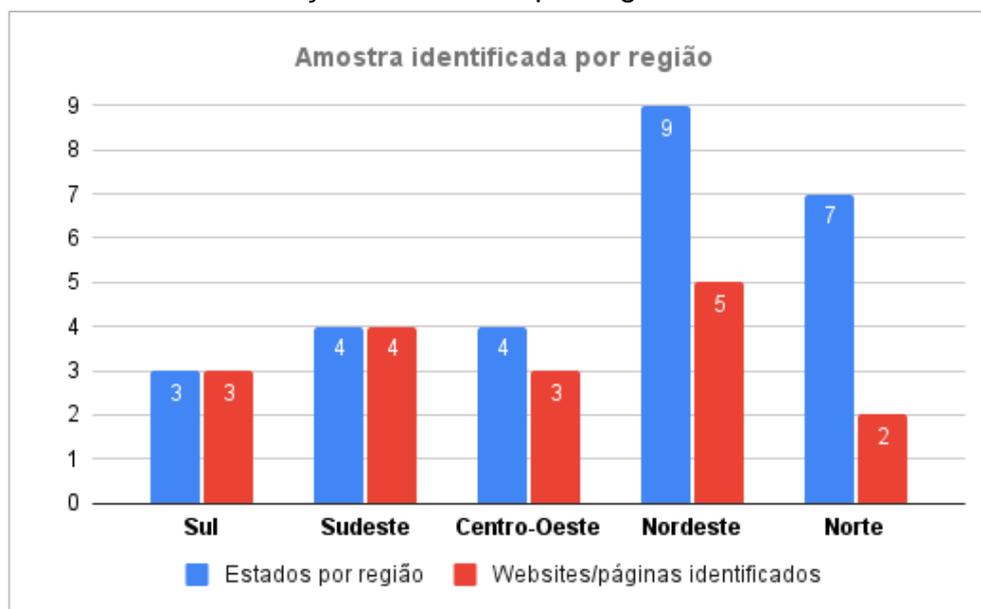
Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Quadro 2 – Quantidade de sites por tipo (website/página)

Tipo de site	Estados e endereços eletrônicos disponíveis
Websites (total de 11)	<ul style="list-style-type: none"> • Alagoas (AL) - http://arquivopublico.al.gov.br/ • Distrito Federal (DF) - http://www.arpdf.df.gov.br/ • Espírito Santo (ES) - https://ape.es.gov.br/ • Maranhão (MA) - http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php# • Mato Grosso (MT) - http://www.apmt.mt.gov.br/ • Minas Gerais (MG) - http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/ • Paraná (PR) - http://www.arquivopublico.pr.gov.br/ • Pernambuco (PE) - http://arquivopublico.pe.gov.br/ • Piauí (PI) - http://www.arquivopublico.pi.gov.br/index.php • Rio Grande do Sul (RS) - https://apers.rs.gov.br/inicial • São Paulo (SP) - http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/
Páginas (total de 6)	<ul style="list-style-type: none"> • Bahia (BA) - http://www.fpc.ba.gov.br/ • Goiás (GO) - https://site.educacao.go.gov.br/arquivo-historico-estadual/ • Pará (PA) - https://www.secult.pa.gov.br/espacosecultpag/24/arquivo-publico-do-estado-do-para/ • Rio de Janeiro (RJ) - http://www.rj.gov.br/aperj.aspx • Rondônia (RO) - https://rondonia.ro.gov.br/funcer/institucional/museu-da-memoria-rondoniense/centro-de-documentacao/ • Santa Catarina (SC) - https://www.enabrasil.sc.gov.br/outras-noticias/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina-2/

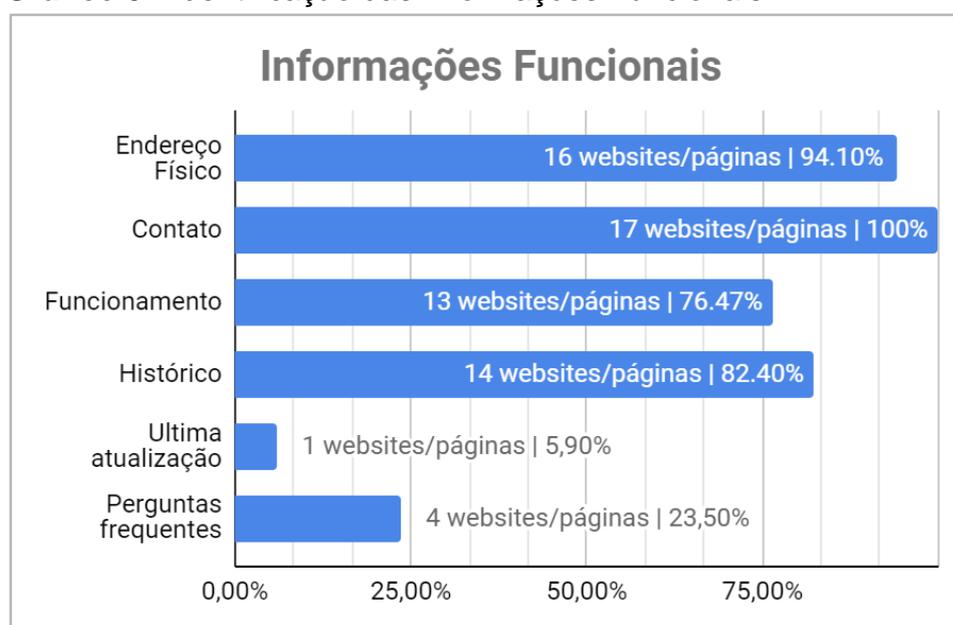
Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Dentro desses 17 sites/páginas aptos, a maioria está no Nordeste, conforme pode ser visualizado no Gráfico 2. Especificamente, nessa região, websites de 5 estados, entre 9 ao todo, foram tidos como aptos para a pesquisa. Já no Sul e no Sudeste todos os estados existentes foram considerados aptos. No Centro-Oeste 3 estados, entre 4, foram aprovados para o estudo. E no Norte, com um número mais inferior, 2 entre 7 estados entraram na amostra da pesquisa (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Identificação da amostra por região

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

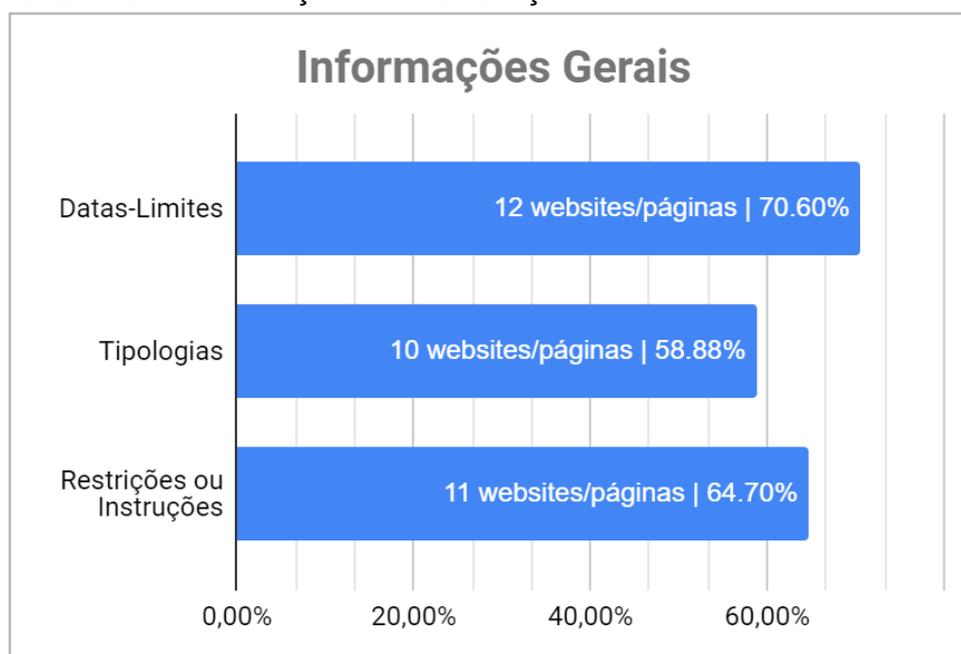
O Gráfico 3 apresenta o atendimento dos websites pesquisados com relação às informações funcionais (endereço físico, contato, horário de funcionamento, histórico da instituição, última atualização presente no site, e perguntas frequentes (FAQ)). Nesse ponto, os elementos mais percebidos na amostra, com um percentual de 100%, foram as informações de contato, geralmente número e e-mail, e o dado menos observado, com um percentual em cerca de 6%, foi o dado de última atualização do site/página, que é bastante importante para que se tenha juízo da atividade do arquivo.

Gráfico 3 - Identificação das Informações Funcionais

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

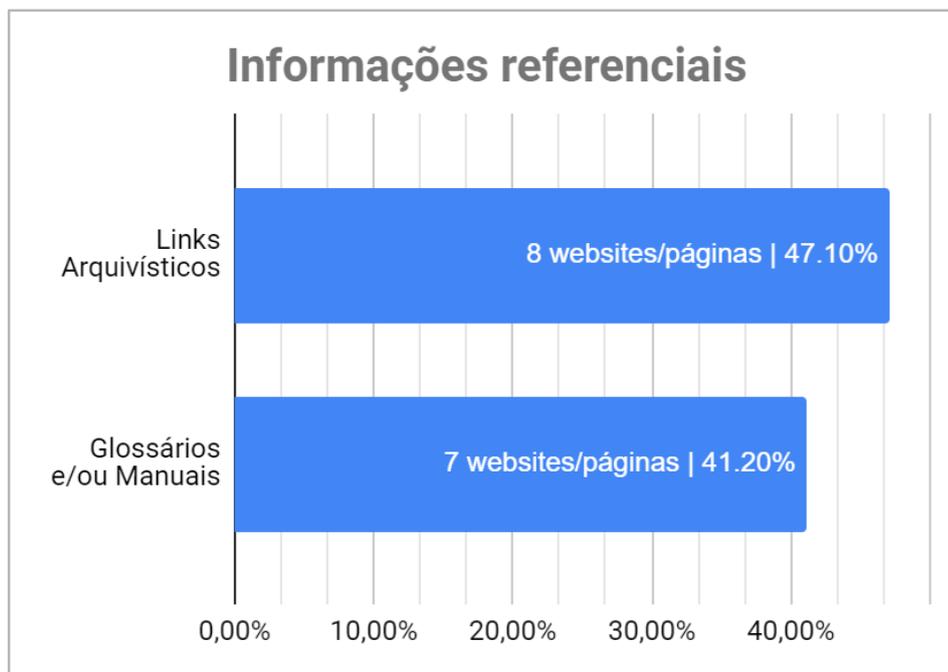
Com relação às informações gerais sobre o acervo, constituídos pelas datas-limite dos documentos preservados, as tipologias, e restrições e/ou instruções sobre o uso e entrada nas instalações, foi observada uma porcentagem geral positiva, confirmando que mais da metade das instituições verificadas possuíam os elementos requeridos. O componente mais observado nos websites/páginas foram as datas-limites dos acervos disponíveis, com uma porcentagem em aproximadamente 70%, e o que foi menos identificado foram as tipologias presentes no mesmo, com cerca de 60%. A comprovação de que 70%, ou seja, 12 websites/páginas, apresentam datas-limites em relação aos seus acervos é um ponto essencial e demonstra que existe uma preocupação em informar esses dados aos usuários (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Identificação das Informações Gerais



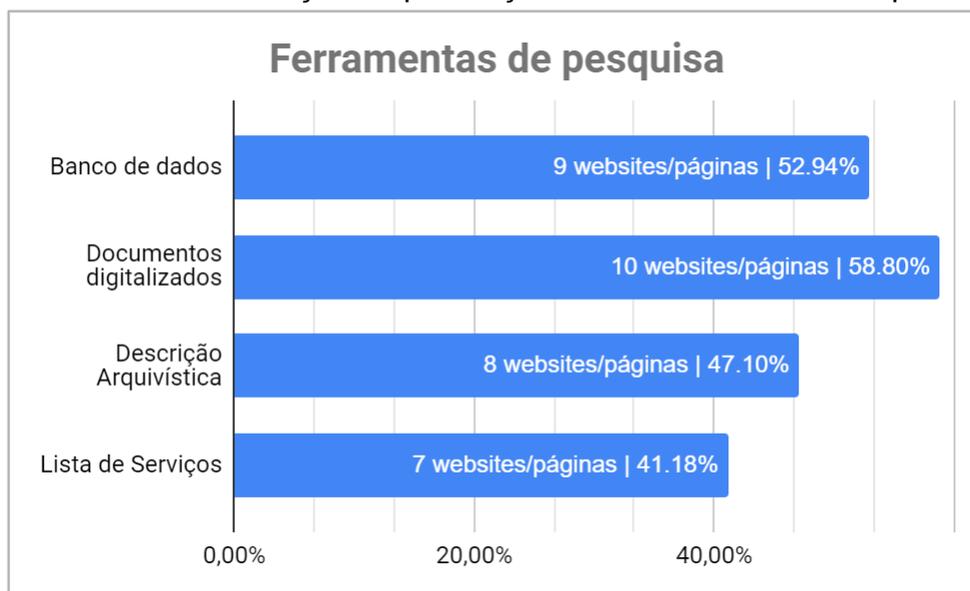
Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Na extensão das informações referenciais (Gráfico 5), composta pela presença de links arquivísticos, isto é, direcionamentos a outros endereços eletrônicos que servem como didática arquivística; e glossários e/ou manuais que instruem como deve ser feito o manuseio ou explicam termos específicos presentes no site; foi notado um percentual mediano, que não alcança mais que a metade das instituições integrantes da pesquisa. Sendo assim, com aproximadamente 47% de percentual, o dado mais observado foram os Links Arquivísticos e o menos observado foram Glossários e/ou Manuais, com 41%. O percentual indica que a presença desses elementos não é um ponto firme na amostra e gera uma reflexão sobre a importância de tornar acessível para o usuário comum, que não tem acesso a terminologias e teorias arquivísticas, conteúdos que são de seu interesse como cidadão.

Gráfico 5 - Identificação das Informações Referenciais

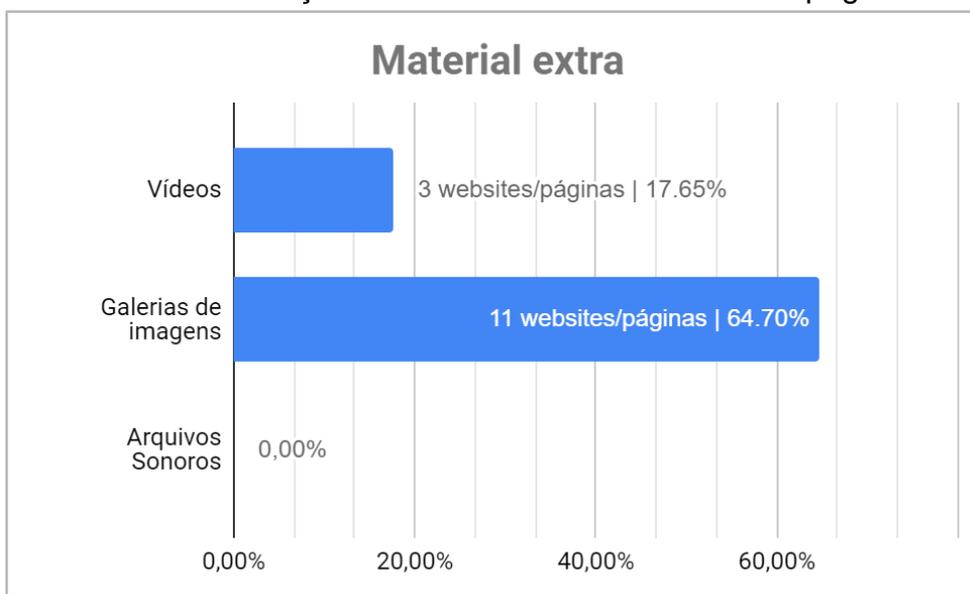
Fonte: dados da pesquisa, 2021.

No que se refere às ferramentas de pesquisa, podem ser visualizadas no Gráfico 6: bancos de dados; documentos digitalizados; descrição arquivística, classificações ou guias; e listas dos serviços prestados pelos Arquivos. No geral, o percentual ficou aproximado a um total mediano dentro da amostra. Nesse contexto os componentes mais testemunhados, com cerca de 53% e 60%, foram a presença de bancos de dados, que proporcionam acesso ao acervo e facilitam a pesquisa do usuário; e a disponibilização de documentos digitalizados. Numa porcentagem menor, com cerca de 47% e 41%, ficaram a existência de Descrição Arquivística para o acervo e listas de serviços oferecidos pelo arquivo. Nessa função os elementos constituíram uma boa contagem, o que consiste numa boa perspectiva uma vez que as ferramentas de pesquisa são alguns dos itens que podem influenciar diretamente a jornada do usuário, compreendê-las e aplica-las seja em âmbito físico ou digital, é de cunho primordial.

Gráfico 6 - Identificação da presença de Ferramentas de Pesquisa

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

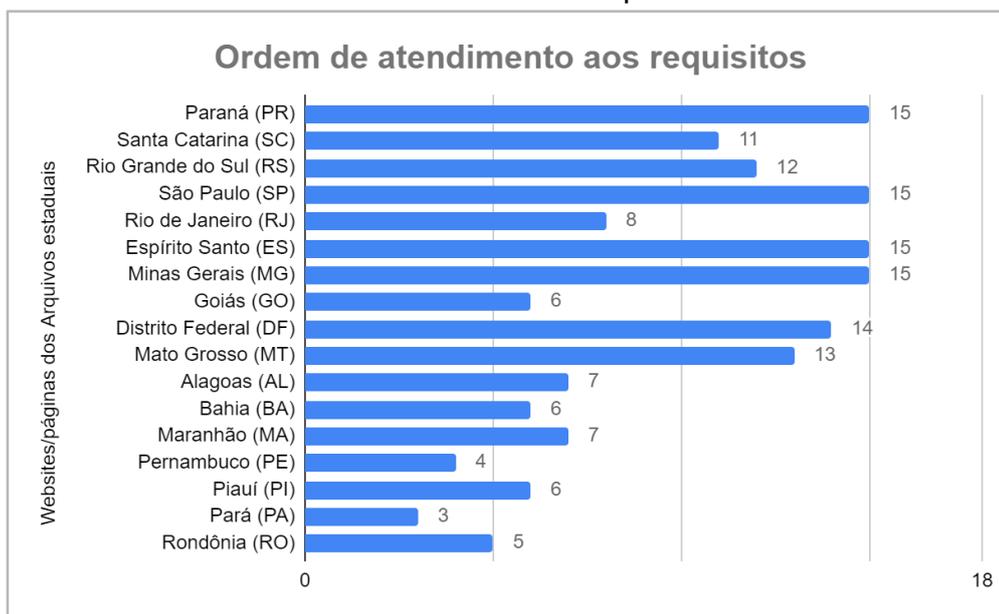
Em seguida, dada a importância da inclusão do usuário não somente no conteúdo textual como também no sentido cultural, foi observada a presença de materiais extras: fotografias, vídeos e arquivos de áudio exclusivamente sonoros. Conforme o Gráfico 7 aponta, em um percentual de aproximadamente 65% mais da metade da amostra de 17 websites/páginas disponibiliza imagens de seu conteúdo, seja por meio de exposições completas ou galerias de imagens. Apenas 11% apresentam algum tipo de vídeo, educativo ou demonstrativo; e nenhum apresenta arquivos de áudio. Embora atendido em parte com uma boa porcentagem, esse critério não apresenta uma noção positiva em seu todo, deixando de lado possíveis subsídios importantes para difusão e disseminação dos arquivos respectivos.

Gráfico 7 - Identificação de Material Extra nos websites/páginas

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Por fim, para melhor compreensão, o gráfico abaixo (Gráfico 8) demonstra a quantidade de critérios atendidos pelos 26 estados brasileiros e o distrito federal em seus websites/páginas. Ao todo, foram concebidos 18 elementos dentro das 5 funções acima. Os websites dos estados do Paraná (PR), São Paulo (SP), Espírito Santo (ES) e Minas Gerais (MG) se afirmaram com 15 elementos dados como positivos, possuindo assim os objetos que mais atenderam aos critérios. Já os websites/páginas dos estados do Piauí (PI), Pará (PA) e Rondônia (RO) foram os que menos atenderam aos requisitos, com menos de 5 elementos verificados.

Gráfico 8 - Ordem de atendimento aos requisitos



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Os resultados obtidos nos permitem observar que, considerando os critérios utilizados neste trabalho de pesquisa, vários arquivos estaduais precisam promover melhorias nos seus sites/arquivos principalmente no que diz respeito às informações referenciais, ferramentas de pesquisa e materiais extra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, um dos pontos altos a ser destacado é o fato de que mais da metade dos arquivos estaduais brasileiros estão presentes digitalmente por meio de websites/páginas institucionais, totalizando 17 objetos, entre um universo de 27 unidades federativas. Isso comprova que já existe uma preocupação maior dos representantes políticos e sociais em relação aos arquivos e ao acesso dos cidadãos aos seus acervos. Principalmente uma preocupação em atender as já mencionadas legislações brasileiras referentes a esses aspectos.

Nesta pesquisa, o tópico com mais itens percebidos foi o grupo de informações funcionais, e os menos encontrados foram os itens do grupo de material extra, ligados ao campo da difusão cultural. Alguns elementos críticos constatados, que devem ser guiados com mais atenção pelas instituições, foram a ausência de

última atualização do site e de perguntas frequentes (FAQ), e a baixa presença de vídeos educativos/culturais. Esses dados permitem concluir que muitos Arquivos pesquisados neste trabalho não possuem qualquer forma indireta de interagir com seus usuários, e muitos detêm informações de contato e muito pouco atendem os usuários em cenários mais culturais na web, apresentando vídeos, imagens e arquivos sonoros que auxiliem na pesquisa e na imersão dos usuários.

Nenhum website/página obteve um resultado 100% positivo. Quatro websites atingiram o máximo de 15 elementos entre o total de 18. Nas regiões Norte e Nordeste, os websites/páginas dos arquivos localizados foram os que menos atenderam os elementos, em contrapartida estão os estados das regiões Sul e Sudeste, que mais atenderam a esses critérios estabelecidos.

Os dados apurados como um todo demonstram como as práticas arquivísticas estão presentes na realidade digital desses Arquivos e como, em teoria, considerando a crescente onda de modernização e transformação digital, possuem a tendência de estar em poucos anos daqui para frente. A perspectiva gerada por esta pesquisa é positiva, com a clareza de que muitos sites visitados estão aptos e interessados em seu público alvo, e compromisso: o cidadão. Além disso, traz um novo marco de estudo sobre a existência dos arquivos estaduais brasileiros na internet no ano em questão, potencialmente um bom fruto a ser colhido por outros pesquisadores em momentos futuros, seja para realizar um comparativo entre esta pesquisa e os momentos adiante ou para compreender a realidade em que estávamos inseridos na época de sua execução.

Sugere-se ainda como continuidade deste trabalho a verificação da presença de tais arquivos em outros canais da Internet, como por exemplo, redes sociais.

REFERÊNCIAS

ARCHER, Lyvia. Os arquivos públicos estaduais brasileiros e o relacionamento com seus usuários através da web. **SIMPÓSIO BAIANO DE ARQUIVOLOGIA**, Bahia, v. 3, p. 2-11, 2011. Disponível em: <https://silo.tips/download/os-arquivos-publicos-estaduais-brasileiros-e-o-relacionamento-com-seus-usuarios>. Acesso em: 14 ago. 2021.

ARCHER, Lyvia; CIANCONI, Regina de Barros. Websites dos arquivos públicos: funções exercidas e recursos de colaboração e interação com os usuários.. **Informação & Informação**, v. 15, n. 2, p. 60-76, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33967>. Acesso em: 21 set. 2021.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de Janeiro de 1991**. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da

União, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8159.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº12.527, de 18 de Novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

CETIC. **TIC domicílios 2019**: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR: Comitê Gestor da Internet no Brasil. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2019/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

CONARQ. **Resolução nº 13, de 9 de fevereiro de 2001**. Dispõe sobre a implantação de uma política municipal de arquivos, sobre a construção de arquivos e de websites de instituições arquivísticas. Brasília: DF: Casa Civil, 2001. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-13-de-9-de-fevereiro-de-2001>. Acesso em: 15 out. 2021.

DOXSEY, Jaime Roy; RIZ, Joelma de. **Metodologia da pesquisa científica**. ESAB - Escola superior Aberta do Brasil, 2002-2003. Disponível em: https://cafarufrij.files.wordpress.com/2009/05/metodologia_pesquisa_cientifica.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.

FONSECA, Maria Odila. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 146-154, 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651999000200007>. Acesso em: 23 out. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1.ed. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>. Acesso em: 18 ago. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALEZ, Paula Amorim; JORENTE, Maria Jose Vicentini. Arquivos permanentes na web: disseminação da informação. **V SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, Paraná, v. 5, p.564, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2013/secin2013/paper/view/123>. Acesso em: 15 out. 2021.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, vol.14, n.1, p.2-22, 2009 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362009000100002>. Acesso em: 15 out. 2021.

JORENTE, Maria José Vicentini. **Tecnologias, mídias, criação e hipertextualidade na transformação da informação em conhecimento interativo**. 2009. p.3. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103362>. Acesso em: 23 out. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostras e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na internet: arquivos públicos brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MARTINS, Sergio de Castro. **Gestão da informação: estudo comparativo de modelos sob a ótica integrativa dos recursos de informação**. 2014. p.17. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/7539>. Acesso em: 23 out. 2019.

MCGEE, James; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 1994.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; PAULA, Viviane Carolina de; PRADO, Noêmia Schoffen. Arquivos públicos estaduais do Brasil: avaliação das funções – conteúdo dos sites. **Revista ACB**, v. 10, n. 1, p. 50-75, out. 2005. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/415/528>. Acesso em: 24 set. 2021.

SANTOS, Keyla; LIMA, Jussara Borges de. Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros. **Ágora**, v. 24, n. 49, p. 311-342, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13548>. Acesso em: 15 out. 2021.

SANTOS, Larissa Santana dos. **Websites dos arquivos públicos estaduais: uma ferramenta para a divulgação da informação arquivística**. Orientador: Thiago Henrique Bragato Barros. 2018. p. 64. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Faculdade de Arquivologia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/619>. Acesso em: 24 set. 2021.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a memória da minha vó, Niza Pessoa, e aos meus pais, por sempre me apoiarem, nunca desistirem e priorizarem meus estudos acima de tudo. Tudo o que tenho hoje devo primeiro a Deus e depois ao esforço deles, e por isso serei grata minha vida inteira.

Agradeço a pessoa mais especial do mundo, Kamylla, por me ajudar a medir a intensidade com que o cansaço me tomava, assim eu entendia a hora de parar, e por compartilhar comigo os anos mais lindos que já tive.

Agradeço muito a uma das pessoas mais iluminadas que passaram pela minha vida, Rafael. Por me dar a oportunidade de trabalhar com o que eu amo, por acreditar em mim e por ser um amigo incrível.

Deixo um obrigada aos meus professores, e aos meus colegas de turma: Karla, Mariana, Francineide, Tomyris e Ana Maria. Todas as lembranças dos anos na faculdade com eles, no estágio e na rotina, estão guardadas com muito carinho na minha memória. E deixo um obrigada também, pela amizade e companheirismo das minhas irmãs de vida: Byanca, Paula e Viviane. Nesses 18 anos de amizade nunca existiu sequer um momento em que eu não pudesse contar com elas.

Por fim, agradeço a minha gata por ser extremamente fofa e ser o alívio cômico dos meus dias, bem ali sempre que eu preciso largar tudo e sorrir um pouco.